

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO SENADOR NILO COELHO, associação civil sem fins lucrativos, estabelecida no Núcleo I do Projeto Senador Nilo Coelho, Petrolina-PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.656.690/0001-10, neste ato representado por seu Gerente Executivo, Paulo Henrique Pessoas de Sales, endereços eletrônicos ge@dinc.org.br e sec@dinc.org.br, ata da nomeação do gerente executivo e estatuto, todos anexos, vem à honrosa presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 38 da Lei 9.433/1997, interpor **RECURSO** em face de decisão do CBHRS – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco que tratou, dentre outros temas, da aprovação da **“Atualização da metodologia de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos”**, o fazendo pelo modo e forma seguintes:

O recorrente é uma associação civil sem fins lucrativos que, por Contrato de Cessão de uso com a CODEVASF, administra, opera, conserva e mantém a infraestrutura pública de irrigação de uso comum do Projeto Público de Irrigação (PPI) Senador Nilo Coelho, localizado no município de Petrolina-PE. Neste Empreendimento há 2.327 usuários, sendo que 85% são pequenos produtores com área irrigável de até 7 ha, 13% são pequenos e médios empresários com área de até 50 ha e 2% são grandes empresas com área superior a 50 ha, perfazendo hoje uma área total irrigada de 23.000 mil hectares, explorados predominantemente com fruticultura, sendo as principais, manga, uva, banana, goiaba, acerola, dentre outras, com uma importante pauta de exportações. Este grande arranjo produtivo implantado pela Codevasf no início da década de 1980 transformou a região e hoje há uma população estimada em 70 mil habitantes residentes nas 25 vilas do Projeto, entre famílias, empresários e trabalhadores rurais dependentes diretamente da atividade aqui desenvolvida, sem falar na comunidade do município de Petrolina, estimada em mais de 300 mil habitantes, que se desenvolveu em função das atividades correlatas, tais como comércio, serviços e logística.

No dia 25/08/17 aconteceu, em Brasília uma Plenária promovida pelo CBHRS – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco que tratou, dentre outros temas, da aprovação da **“Atualização da metodologia de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos”**. Por não termos o representante do setor de irrigação naquele colegiado, pelo estado de Pernambuco, não participamos das discussões que levaram à construção da proposta que foi submetida à Plenária em destaque. A proposta do novo modelo foi aprovada e isso

muito nos preocupa por sabermos que os novos valores de outorga para 2018 serão majorados em percentuais entre 200% a 800% a depender das condições de captação de água, uso, tipo de sistema de irrigação, etc.

Não se concebe que a adoção de políticas de adequação ao uso racional e responsável dos Recursos Hídricos não sejam produzidas e implementadas. Considerando que estamos tratando do principal e fundamental insumo para a produção agrícola em nossa região do Semiárido, zelar por ele é e deve ser objetivo de todos nós. Entretanto, a aplicação desse reajuste, da forma como está proposta, seja a partir dos patamares de ajustes percentuais destacados, seja a partir do critério do ajuste em uma única vez, nos parece inapropriada e incoerente com o momento pelo que passamos no país. É mais um ônus para atividade produtiva, especialmente para a agricultura irrigada no semiárido, a alternativa mais viável para a geração de emprego e renda permanentes na região e, portanto, precisa ser pensado de uma outra forma.

Outra observação importante refere-se à necessidade de ser observada a aplicação dessas metodologias nos PPI, pois são empreendimentos coletivos e há uma gama de diversidade de sistemas e eficiências de irrigação praticadas pelos usuários que, em razão dos critérios de tarifação estabelecidos, teriam que ser diferenciados entre si também, provocando uma readequação complexa na política tarifária interna dos Projetos, de forma a não permitir ônus aos irrigantes eficientes, pelo contrário, devem ser promovidos incentivos à melhoria da eficiência individual.

Isto posto, fazemos apelo à Vossa Excelência, através deste protocolo recursal, com base no exposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no sentido de que se digne a submeter este nosso manifesto ao colegiado do Conselho Nacional de Recursos Hídricos com o objetivo de suspender a decisão da Plenária ocorrida em 25/08/17 até que os Distritos de Irrigação dos Projetos Públicos da região possam apresentar sugestões complementares, com suas ponderações pertinentes à matéria.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Petrolina-PE, 28 de agosto de 2017.

Paulo Henrique Pessoas de Sales
Gerente Executivo-DINC